



# *Câmara Municipal de Caruaru*

Casa Jornalista José Carlos Florêncio

CNPJ Nº 11.472.180/0001-20

## **PARECER Nº 61/2017**

PROJETO DE LEI Nº 7.539/2017

Apresentado pelo (a) Vereador (a): Alberes Lopes

Em: 20.06.2017

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que entre outras disposições normativas, em sua Ementa: dispõe sobre o direito de uma Moto Reserva, para o Mototaxista “vítima de assalto ou acidente” e dá outras providências.

Em observância às prerrogativas legais e regimentais ao qual está inserido, é o parecer para expor fundamentadamente o entendimento quanto à sua constitucionalidade, legalidade e instrumentalidade processual legislativa, observando, sobremaneira, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Caruaru e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru.

**Aqui está o Relatório, segue a análise.**

### **2. ANÁLISE**

**A Lei nº 4.762/2009, que além de criar a Autarquia DESTRA, no município de Caruaru, indica suas competências. Conforme Segue:**

#### **LEI Nº 4.762, DE 09 DE MARÇO DE 2009**

*Dispõe sobre a criação da Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes - DESTRA e dá outras providências.*



# *Câmara Municipal de Caruaru*

Casa Jornalista José Carlos Florêncio

CNPJ Nº 11.472.180/0001-20

**Art. 4º** A Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes - DESTRA tem por finalidade, em consonância com a política de desenvolvimento socioeconômico e diretrizes relativas ao Município de Caruaru, executar a política do governo municipal no que se refere ao planejamento, disciplinamento, controle e fiscalização do trânsito de acordo com a Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, o planejamento, organização, execução ou delegação, fiscalização, avaliação e controle dos serviços de transporte público, bem como a segurança do cidadão e do patrimônio municipal, ações de defesa social, e a promoção de ações de defesa civil permanentes contra desastres naturais, antropogênicos e mistos, no Município de Caruaru, competindo-lhe especialmente:

- XVII Registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando as penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;
- XVIII Conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;
- XXI Vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;
- XXII Promover estudos e projetos relativos ao Sistema Municipal de Transporte Público de Passageiros de Caruaru;
- XXIII Disciplinar, conceder, operar e fiscalizar os serviços de transporte público de passageiros em geral no âmbito do Município;
- XXIV Desenvolver o planejamento e a programação do Sistema de Transporte Público de Passageiros no Município de Caruaru;
- XXV Detalhar operacionalmente o sistema de transporte público de passageiros no Município, fixando itinerários, frequências, horários, lotação, equipamentos, turnos de trabalho, integração intermodal, locais, tempo de parada e critérios para atendimentos especiais;
- XXVI Estabelecer os esquemas operacionais para os serviços de táxi, definindo custos, equipamentos e locais de estacionamento;
- XXVII Fiscalizar, seguindo parâmetros definidos, a operação e a exploração do sistema de transporte público de passageiros por ônibus, por táxi, por transporte escolar e por transportes especiais, promovendo as correções, aplicando as penalidades regulamentares nas infrações e arrecadando os valores provenientes de multas;
- XLI Opinar quanto à viabilidade e à prioridade técnica, econômica e financeira dos projetos relativos aos serviços de transporte, bem como ao sistema viário do município;

**Por sua vez, a Lei 5.120, de 21 de Junho de 2011 regulamenta o exercício da atividade de “mototaxista”, estabelecendo regras gerais de regulamentação deste serviço.**



# ***Câmara Municipal de Caruaru***

Casa Jornalista José Carlos Florêncio

CNPJ Nº 11.472.180/0001-20

## **LEI Nº 5.120, DE 21 DE JUNHO DE 2011**

*Institui e regulamenta o exercício da atividade dos profissionais em transportes de passageiros, "mototáxista"; estabelece regras gerais para a regulamentação deste serviço e dá outras providências.*

**ART. 1º** Esta Lei - obedecida às disposições da Lei federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009 - institui e regulamenta no âmbito deste Município o exercício da atividade de Mototáxi.

**§2º** - A exploração econômica desses serviços será autorizada especificamente para pessoa física, comprovada a propriedade ou posse do veículo, esta mediante contrato de alienação fiduciária ou *leasing* do veículo, mediante cadastramento e autorização pela Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes – DESTRA.

**ART. 4º** Os veículos usados para tal serviço deverão estar obrigatoriamente, registrados na categoria aluguel, com procedimentos modais administrativos do DETRAN/PE para a concessão das placas de aluguel, idêntico aos demais veículos de aluguel.

**ART. 5º** A DESTRA e a entidade representativa da categoria profissionais dos operadores do STM ficam obrigadas a manter cadastro público detalhado com todos os dados dos veículos e seus operadores.

## **CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA LEGAL**

**ART. 6º** A competência legal para cadastramento, autorização, permissão, concessão, renovação, cassação, fiscalização, vistoria e extinção do exercício das atividades descritas no art. 1º será da Autarquia Municipal de Defesa Social, Trânsito e Transportes - DESTRA.

**§1º** A DESTRA regulamentará a padronização do vestuário, capacetes e veículos.

**§2º** Para a concessão de licenças para operar no STM, a DESTRA dará prioridade aos profissionais que comprovadamente já operavam os serviços antes da vigência desta Lei, e que se enquadrem em todos os requisitos legais.

**Das leis citadas, entende-se que compete a DESTRA a regulamentação, padronização, cadastramento, autorização, permissão, concessão, renovação, cassação, fiscalização e vistoria de todos os veículos destinados a transporte de passageiros no Município de Caruaru.**



# *Câmara Municipal de Caruaru*

Casa Jornalista José Carlos Florêncio

CNPJ Nº 11.472.180/0001-20

**A permissão pretendida na Projeto de Lei ora analisado, causaria uma alteração nas competências da Autarquia DESTRA, criando uma nova atribuição.**

Nesse sentido, o Artigo 36, inciso III da Lei Orgânica do Município dispõe que:

*Art. 36 - São de iniciativa exclusiva do Poder Executivo as leis que disponham sobre [...]*

***III – criação, estrutura e atribuições de secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;***

Reforçando o disposto, o Regimento Interno da Câmara de Caruaru assim determina:

***Art. 131 – É da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das leis que:***

*[...]*

***IV – tratem de criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da administração pública.***

No que concerne à iniciativa da matéria, entende-se que esta padece de vício formal por afrontar ao disposto no art. 36, III, da nossa Lei Orgânica, que atribui privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que criem atribuições para órgãos municipais, o qual está em consonância com o disposto no art. 61, § 1º, II, e, da constituição Federal.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se que o objeto do projeto de lei sob análise, resta **inviável** por criar atribuição a Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da administração pública, que reclama a iniciativa do chefe do Poder Executivo, apresentando vício formal de inconstitucionalidade, por desvio de poder legislativo.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Assessoria da Comissão de Legislação e Redação de Leis

**SAMUEL LUIZ DE VASCONCELOS – mat. 720-1**

Caruaru, 31 de agosto de 2017.